

# Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco Reitoria/Reitoria/Auditoria Interna

## **NOTA DE AUDITORIA 013/2024**

MACROPROCESSO DO IFPE	Tecnologia da Informação e Comunicação
PROCESSO DE TRABALHO DO IFPE	Planejamento, Organização, Direção e Monitoramento da Gestão da Política e Diretrizes de Tecnologia da Informação
UNIDADES AUDITADAS	Diretoria de Tecnologia da Informação
GESTOR RESPONSÁVEL	Jobson Tenório do Nascimento (158136)

### 1. Introdução

Durante a fase de planejamento da ação de auditoria estabelecida na Ordem de Serviço nº 020/2023-AUDI/CONSUP/IFPE, que tem o objetivo de avaliar o Processo de Trabalho "Tecnologia da Informação e Comunicação" (Resolução nº 18/2019 CGRC) foi identificada a ausência de Plano Diretor de Tecnologia da Informação do IFPE.

Segundo o Manual de Orientações Técnicas da CGU, se durante a execução dos trabalhos de auditoria forem identificadas situações que poderão resultar em danos aos cidadãos ou a administração, a Unidade de Auditoria Interna deverá emitir Nota de Auditoria antes da finalização dos trabalhos de auditorias.

Sendo assim, a presente Nota de Auditoria tem por objetivo não apenas recomendar à Diretoria de Tecnologia da Informação a implementação urgente de medidas para sanar a ausência de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação do IFPE, mas também alertar este Gabinete sobre a situação identificada, com o intuito de viabilizar, em conjunto com a unidade, ações para corrigir essa fragilidade.

Ressalta-se que a recomendação apresentada pela Auditoria Interna estará sujeita a um processo de monitoramento, com o propósito de avaliar a eficácia das ações tomadas pela administração para resolver a questão identificada como inadequada.

## 2. Constatação:

Ausência de Plano Diretor de Tecnologia da Informação do IFPE

#### 2.1 Fato

O planejamento é uma obrigação legal, conforme estabelecido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, vejamos:

Art. 174: Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante

para o setor público e indicativo para o setor privado.

Neste sentido, a Portaria nº 778, de 4 de abril de 2019, alterada pela Portaria nº 18.152, de 4 de agosto de 2020, no art. 6º, reforça a obrigatoriedade do planejamento estratégico em TIC:

> Art. 6º O PDTIC é o instrumento de alinhamento entre as estratégias e os planos de TIC e as estratégias organizacionais, e deverá:

- I observar, no que couber, o guia de PDTIC do SISP;
- II estar alinhado à Estratégia de Governo Digital EGD e ao Planejamento Estratégico Institucional
- PEI e, na ausência deste, ao Plano Plurianual PPA; (Alterado pela Portaria nº 18.152, de 4 de agosto de 2020)
- III conter, no mínimo:
- a) inventário de necessidades priorizado;
- b) plano de metas e ações, unidade demandante e unidade responsável pela execução; (Alterado pela Portaria nº 18.152, de 4 de agosto de 2020)
- c) plano de gestão de pessoas;
- d) plano orçamentário; e
- e) plano de gestão de riscos;
- IV possuir uma ou mais metas para cada objetivo estratégico ou necessidade de TI, devendo cada meta ser composta por indicador, valor e prazo;
- V ter um processo de acompanhamento formalizado para monitorar e avaliar a implementação das ações, o uso dos recursos e a entrega dos serviços, com o objetivo de atender às estratégias e aos objetivos institucionais e, primordialmente, verificar o alcance das metas estabelecidas e, se necessário, estabelecer ações para corrigir possíveis desvios; e
- VI ter vigência mínima de dois anos com revisão anual.

O Art. 6º destaca a importância do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) como um instrumento fundamental para alinhar as estratégias de Tecnologia da Informação (TI) às diretrizes organizacionais. Esse alinhamento é essencial para assegurar que as ações e investimentos em TI estejam diretamente conectados aos objetivos institucionais, promovendo eficiência e transparência.

No IFPE, o último PDTI aprovado refere-se ao período 2019-2023, (Resolução CONSUP nº 72/2019). Verificou-se que não há um plano atualizado para o período subsequente, conforme consulta realizada no portal institucional Documentos de TI, em 04/12/2024.

A ausência de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) atualizado no IFPE compromete a gestão eficiente dos recursos de TIC, dificultando o alinhamento das ações de TI com os objetivos institucionais.

## 2.2 Causa

A instituição não priorizou a atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação

## 2.3 Recomendações

Recomendação 01 (DTI): Elaborar, em colaboração com o Gabinete, em caráter de urgência, cronograma contendo as atividades, prazos e responsáveis, para a elaboração e implementação de um novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

Prazo para atendimento: 28/02/2025

Recomendação 02 (Gabinete): Acompanhar e supervisionar a execução do cronograma de elaboração Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), com a realização de avaliações periódicas e a elaboração de relatórios de progresso, garantindo a conformidade com os prazos e resultados esperados.

Prazo para atendimento: 30/06/2025

## 3. Conclusão

A equipe de auditoria estará disponível tanto pessoalmente, como também através de e-mail ou telefone, para prestar quaisquer esclarecimentos em relação aos registros apresentados.

Nota de Auditoria elaborada pela auditora Wenia Ventura de Farias Caldas, SIAPE 2746091 e revisada pelo auditor David Lima Vilela, SIAPE 1867177.

Recife, 05 de dezembro de 2024.

## DAVID LIMA VILELA Titular Unidade de Auditoria Interna SIAPE 1867177



Documento assinado eletronicamente por **David Lima Vilela**, **Auditor**, em 05/12/2024, às 10:05, conforme art. 6°, do Decreto n° 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifpe.edu.br/sei/controlador\_externo.php? acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0 informando o código verificador 1539598 e o código CRC 4604865B.